

Quem Gosta de Apanhar? Uma Perspectiva Psicanalítica da Violência de Gênero

Adriana Chies

Analista de Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Mestre em Psicanálise pela Universidad de Buenos Aires. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo: Desde a teoria do trauma freudiano, identifica-se que em muitas situações de violência pautadas pelas questões de gênero, a pessoa agredida sofreu um trauma psíquico. Diferenciando-se o *trauma psíquico* da *experiência traumática* em geral, propõe-se pensar a situação de violência de gênero sob a perspectiva do estabelecimento de uma neurose traumática. Observando-se naquelas situações o quadro típico de uma neurose traumática, entende-se sua importância no manutenção da relação com o agressor e do chamado “ciclo de violência”. Evidenciam-se, assim, os mecanismos psíquicos e as posições subjetivas que se estabelecem ou que predispõem nas relações de gênero à violência. Sem ignorar a complexidade da situação de violência, ou colocar em segundo plano outros fatores, socioeconômicos e culturais, busca-se trazer à luz as determinações subjetivas da manutenção da situação de violência. Desse modo, amplia-se nossa compreensão de fatores que dificultam sobremaneira a saída da situação de sofrimento, assim como pode-se esperar maior esclarecimento sobre as condições facilitadoras para a saída daquela condição. Finalmente, a identificação da ocorrência do trauma na situação de violência reafirma que a relação de violência contra a mulher supõe uma cultura de gênero específica e uma lógica de dominação, muitas vezes silenciosa que, assim como no íntimo dos relacionamentos violentos, está presente na linguagem cotidiana e nos diferentes espaços sociais.

Palavras-chave: Violência de gênero. Novo trauma. Neurose traumática. Compulsão à repetição. Violência psicológica. Vítima.

Sumário: Introdução. 1 Violência Como Trauma. 2 Caracterização da Neurose Traumática. 2.1 A Compulsão à Repetição. 2.2

Culpa. 3 A Neurose Traumática nas Situações de Violência de Gênero e suas Implicações. 3.1 A relação de Violência Modifica a Dinâmica e Economia Psíquicas. 3.2 Tendência à Repetição da Violência. 3.3 Resistência à Mudança Subjetiva. 3.4 A Culpa é Sinal de Violência. 3.5 Posição Subjetiva. 3.6 A Saída do Trauma Não é o Retorno à Condição Anterior. 4 Outras Considerações sobre os Aspectos Psicológicos da Relação com o Agressor e das Condições para a Solução da Situação de Violência. 5 Conclusão. Referências.

Introdução

Na prática do Direito é presente o questionamento sobre a racionalidade e intencionalidade do agir humano. Isto é observável, por exemplo, na relevância dada ao estado psíquico da pessoa que pratica um ato criminoso. É digno de consideração que uma pessoa tenha sido conduzida à ação por uma verdade só reconhecida por ela mesma. Neste caso, a ação justa e necessária, em sua perspectiva, é inaceitável e incondizente com a realidade reconhecida pelo grupo social. Em outro modo de manifestação da irracionalidade, uma pessoa comete um crime seguindo impulsos que não pôde conter e em desconformidade com seu querer racional.

O reconhecimento da força do irracional no agir humano é condizente com a perspectiva da existência do inconsciente. Na perspectiva freudiana, o sujeito não pode dominar nem mesmo conhecer a vida pulsional e os processos psíquicos, a não ser de modo incompleto. Por isso “o eu não é senhor em sua própria

casa”.¹ O saber sobre a existência do inconsciente é útil na compreensão do ato criminoso e também do agir da pessoa que ocupa a posição da vítima.

Não se trata de relativizar a culpa ou a responsabilidade por uma ação. Na perspectiva psicanalítica, situar o sujeito no centro da análise significa reconhecer a implicação do inconsciente no ato. Do sujeito da ação, que não é evidente, espera-se que não seja alienado do próprio ato que cometeu, ou que sofre. Possibilidade esta, única, de subjetivação da experiência.

Nesta abordagem sobre violência de gênero, consideramos, na dinâmica da relação agressor-agredido e nas posições subjetivas em jogo, o lugar da vítima de violência. Interessa-nos destacar mecanismos psíquicos inconscientes que podem estar implicados em suas tomadas de decisão, especialmente naquelas relevantes à atuação das instituições jurídicas.

Entendemos que as propostas de soluções para a violência de gênero, em diferentes áreas profissionais, muitas vezes são ineficazes, em função da resistência da própria vítima em dar os passos necessários à solução de sua situação de sofrimento.

Focalizando o lugar subjetivo da vítima na relação violenta, buscamos nos deter sobre determinações inconscientes do que pode-se considerar um modo típico de atuar, comum a uma grande maioria de casos. Tratamos, nesta abordagem, de mecanismos

1 Famosa frase de Freud (2001, v. 17), do texto em que enumera os três grandes golpes ao narcisismo humano, ao qual se somam, à descoberta do inconsciente, a revolução copernicana, que a terra não é o centro do universo, e a darwiniana, que o homem não é diferente dos animais ou superior a eles (FREUD, 2001, v. 17, p. 135, tradução nossa).

psíquicos básicos da psiquê. Esta regularidade pressupõe, em outro nível de análise, porém, a heterogeneidade das reações singulares de cada sujeito às vivências de violência.

Focalizando o lugar subjetivo da vítima na relação violenta, o objetivo deste artigo é mostrar o fundamento de muitas das dificuldades para a solução das situações de violência de gênero e indicar possibilidades de ação, no espaço jurídico, que as levem em conta.

1 Violência Como Trauma

Sabemos que na violência de gênero a pessoa agredida comumente padece de sentimentos como autodepreciação, culpa, vergonha, vários sintomas de angústia (estado de choque, pânico, medo e ansiedade generalizados, insônia, pesadelos), uso destrutivo de álcool e outras substâncias; que a pessoa agredida tende a não reconhecer o comportamento do agressor como violência; e que é muito difícil sair daquela relação – apesar do intenso sofrimento vivido – o que geralmente só se conseguirá com a ajuda de terceiros (DINIZ, 2003).

Essas características, que fazem parte da configuração da situação de violência de gênero (mas também podem ocorrer em outras situações de violência intrafamiliar), entendidas como sintomas de uma organização psíquica neurótica, sugerem que a pessoa agredida padece de uma neurose traumática. Isto vale para os sintomas de sofrimento psíquico, assim como para o chamado “ciclo de violência” (GUIMARÃES, 2007) e para a dificuldade de sair da relação.

Ainda que saibamos que podem haver outros fatores importantes na manutenção da situação de violência, como os socioeconômicos, a perspectiva da neurose traumática permite aprofundar o que se costuma chamar “dependência psicológica”.

A neurose traumática, cuja caracterização trataremos adiante, advém de um trauma psíquico ocorrido na vivência² de situações de violência extrema ou repetida. Por isso, iniciamos por delimitar o que é um trauma. É preciso entender como se constitui um trauma na idade adulta para compreender suas implicações, quais sejam, os mecanismos psíquicos dele derivados que criam o fenômeno da neurose traumática e como esta se apresenta sintomaticamente.

Para a psicanálise, um trauma em um adulto ocorre na experiência singular de cada sujeito diante das vicissitudes da vida, mas também é determinado pela intensidade de uma violência vivida. Considerando a dimensão da intensidade da violência, tanto a vivência de violência extrema, como a repetição de vivências traumáticas menos intensas, mas semelhantes, podem provocar um *novo trauma*³ (FREUD, 2001c, v. 23, p. 91, 97). Este, normalmente, conduzirá ao desenvolvimento de uma neurose traumática.

2 Sobre o uso dos termos “vivência” e “experiência” como tradução de *Erlebnis* e *Erfahrung* em Freud e relativo ao tema do trauma, consultar Cosentino 2005, p. 2003, p. 48-49 e Benyakar, 2003, p. 1996, p. 71.

3 Nomeamos este trauma como “novo” pois entendemos que um primeiro trauma deu origem ao sujeito constituído como tal, o qual é referido como *trauma constitutivo* ou *primordial*.

Inicialmente, é importante diferenciar *trauma psíquico* de *experiência traumática* para evitar generalizações que terminam por dificultar a caracterização do fenômeno específico que é o trauma. Nem toda experiência comumente chamada traumática causa o que entendemos como um novo trauma psíquico. As vivências que causam um novo trauma são as suficientemente fortes para provocar o que se pode chamar de uma “fissura” na estrutura psíquica, condição pela qual se inscreve uma nova marca no psiquismo (*Eindrücke*).⁴ Enquanto a experiência traumática faz emergir o traumático reprimido sem ter a força para criar uma nova impressão psíquica (CHIES, 2009, p. 160).

Deste modo, nem toda situação de violência, de gênero ou não, pode causar neurose traumática, embora não se deixe de considerá-las experiências traumáticas. Ainda que causem alguns sintomas semelhantes (menos intensos e duradouros), estas não têm o mesmo impacto subjetivo.

Um trauma, nos termos de Freud (2003, p. 58), ocorre quando há a invasão do aparelho psíquico por excesso de energia. Para causar tal efeito, a experiência tem de ter sido forte o suficiente ou ter acontecido repetidas vezes. Esse excesso de excitação causa o rompimento da barreira de proteção do aparelho psíquico. Há o encontro com a falha ou vulnerabilidade inerente ao psiquismo humano, sobre a qual se organizam as defesas psíquicas.

4 Termo utilizado por Freud para este tipo de marca ou impressão no psiquismo. (COSENTINO, 2003, p. 48-49).

A vivência que pode determinar um novo trauma é uma vivência impossível de representar psiquicamente, assim como a morte não tem representação psíquica. Nas vivências de violência extrema – incluindo as que são causadas de modo acidental – o sujeito vive um afeto que não tem representação (BENYAKAR, 2003, p. 72).

Um trauma, diferente da vivência do perigo relativa ao medo, é uma vivência de terror. O despertar do reprimido primordial (recalcado), leva ao reencontro com o desamparo original, desde o qual se constituiu o sujeito e está organizado o aparelho psíquico. O trauma original do desamparo existe como base da estruturação psíquica. Por isso chamamos “novo trauma” ao encontro com este furo do psiquismo.⁵

A experiência de violência ativa a angústia original que, a seu tempo, desencadeou formações psíquicas. Naquele momento fundante da constituição do sujeito, chamado por Freud *masoquismo primordial*, é pela identificação com um traço – com uma identificação – que o sujeito sai da situação de angústia. A marca identificatória é, então, uma impressão psíquica que ordena a satisfação pulsional livre e destrutiva. Dito de outro modo e na conceituação lacaniana, o bebê recebe do Outro um lugar possível como sujeito, o qual terá o valor de uma proteção contra o *gozo* do Outro, enquanto o posiciona simbolicamente no discurso.

5 Para Freud, novos traumas podem ocorrer em uma fase de desenvolvimento individual e também originar-se de influxos acidentais quando advêm reforços pulsionais. Já que não é possível tramitar a exigência pulsional de maneira definitiva e o domínio que se havia obtido sobre as pulsões fracassa com o reforço pulsional (Cf. FREUD, 2001a, v. 23, p. 229).

O reviver da angústia traumática implica a constituição de uma marca no psiquismo. Há a impressão de restos perceptivos da experiência, fragmentos de memória da vivência que não encontram representação, que formam traços identificatórios (COSENTINO, 2005, p 110-111).

Assim, a marca de um trauma determina nova configuração psíquica que se estabelece, mais comumente, em uma neurose traumática. A nova vivência da angústia no trauma tem, portanto, efeitos indeléveis no psiquismo.

Um único episódio de violência extrema pode ser o bastante para determinar um novo trauma e seus efeitos irremediáveis. Na violência de gênero, ainda que isto aconteça, pode ser comum constituir-se um trauma pela repetitividade dos episódios de violência. A repetição pode ter caráter determinante, pois um segundo encontro com o traumático pode produzir a intensidade de angústia que um único encontro não havia propiciado.⁶ Também a repetição da violência psicológica pode constituir-se violência extrema e determinar uma nova marca psíquica.

Portanto, comparando-se com outras situações de violência, na violência de gênero, o caráter da relação com o agressor e a recorrência das agressões são condições mais favoráveis ao trauma psíquico.

6 Trata-se do efeito a posteriori do segundo tempo do trauma.

2 Caracterização da Neurose Traumática

Interessa, agora, conhecer o que ocorre no trauma em termos dos mecanismos psíquicos que conformam a neurose traumática. Tal aprofundamento é necessário para que se possa entender a força da determinação inconsciente nas situações de violência que abordamos.

Um trauma ocorre porque falham os mecanismos de defesa psíquica e as possibilidades de elaboração de uma experiência. Pode-se dizer que não é possível enquadrá-la. Por conta desta falha, o aparelho psíquico é invadido, nos termos de Freud, por um excesso de excitação. Este excesso modifica o funcionamento habitual do aparelho psíquico. Entram em ação outros mecanismos – diferentes dos habituais – para lidar com o desequilíbrio da economia psíquica, que inclui a tarefa de livrar o aparelho do excesso de excitação (FREUD, 2003, p. 29).

2.1 A Compulsão à Repetição

O mais importante desses mecanismos é a compulsão à repetição. Trata-se da tendência à repetição compulsiva da situação que gerou o trauma.

Segundo Freud (2003, p. 66), a compulsão à repetição é um mecanismo psíquico que busca ligar as representações a excitação livre que invadiu o aparelho psíquico.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que estes mecanismos inconscientes não conseguem cumprir completamente sua tarefa de ligar a excitação e mantêm-se ativos. A ligação esperada

nunca termina (FREUD, 2003, p. 66). O vivenciar traumático não encontra completamente lugar no mundo da representação e mantém-se a angústia traumática que provoca a repetição do mesmo.

As repetições podem ocorrer como lembranças involuntárias, como alucinações da situação vivida, no sonho – que despertará o dormiente por ser um sonho de angústia – e na própria realidade, na busca inconsciente de encontrar-se em situação semelhante à que causou o trauma.

Por outra perspectiva sobre a função da repetição, além da tentativa de ligação, ou seja, da busca de representação para a vivência traumática, entende-se que na repetição há satisfação pulsional. O retorno da angústia sem representação do trauma busca sua realização. O trauma criou um caminho de satisfação da pulsão. Há, então, na repetição, o propósito de obter uma satisfação que ocorre mesmo às expensas do *eu*, e mesmo que com desprazer para o *eu* (Cf. FREUD, 2001, v. 20, p. 157). Freud denominou *pulsão de morte* a este modo destrutivo de satisfação pulsional. Quando este encontra lugar, tende a fixar-se e resiste às tentativas de transformação. A tendência é manter a repetição como modo de descarga pulsional.

Prova desta tendência à repetição no psiquismo é também a chamada *reação terapêutica negativa*, tomada, por Freud, como exemplo da pulsão de morte. Na reação terapêutica negativa, ocorre que, após um avanço na análise pessoal a respeito de um sintoma que causa sofrimento, o paciente volta a apresentá-lo. Há

o retorno do sintoma que havia sido superado. Segundo Freud, esta é a mais difícil das resistências a serem vencidas em um tratamento analítico.

A repetição do traumático vivido pode ocorrer nos sonhos, em vigília ou de forma alucinatória. A pessoa sonhará com a situação vivida em sonhos de angústia (pesadelos) ou terá sua consciência invadida pela lembrança do evento traumático. O retorno da angústia leva também à busca inconsciente da repetição do traumático vivido na realidade factual.

O retorno compulsivo da angústia despertada é a principal consequência do novo trauma e a mais resistente à transformação. Levará também à formação de outros diversos sintomas menos evidentemente relacionados, como a busca de alívio em substâncias psicoativas.

A repetição denota que algo mudou no funcionamento psíquico e que o sujeito fica de algum modo preso à experiência vivida. O trauma, como vimos anteriormente, criou uma nova marca no psiquismo. As marcas das vivências traumáticas, assim como as cicatrizes das repressões primordiais, são fixações a modos de gozo que comandam a repetição.

Há uma clivagem ou divisão no psiquismo. Assim, coexistem dois modos de funcionamento psíquico: o anterior ao trauma e a neurose traumática mais recente (FREUD, 2001b, v. 23, p. 205).

2.2 Culpa

A satisfação pulsional em detrimento do *eu* que leva à repetição também revela-se no sentimento de culpa presente nas pessoas que viveram um trauma. Esta paradoxal presença do sentimento de culpa revela as condições do sujeito neurótico de vivenciar uma experiência limite.

O sentimento (inconsciente) de culpa é estrutural no sujeito neurótico, é inerente a sua própria estrutura. Advém da falta no Outro, referência simbólica para o sujeito. A ausência de representação psíquica possível para a vivência que causa o trauma mostra a falha do Outro (da linguagem) em abarcar o Real. A angústia traumática advém, pois, do reconhecimento da ausência de garantias no Outro.

O que se evidencia no trauma é, porém, sentido como falta do *eu*. Para proteger-se da angústia do saber incompleto do Outro, o sujeito reconhece a falta como sua. Nessa situação em que o Outro falha, em que o sujeito se vê desprotegido, desamparado, a culpa inconsciente toma melhor o seu lugar (GEREZ-AMBERTÍN, 2009, p.127-30).

O sentimento inconsciente de culpa leva à necessidade de castigo, ao submetimento sacrificial e à manutenção da situação de sofrimento. O que se pode bem observar na *reação terapêutica negativa*, citada anteriormente, enquanto também é uma via de satisfação da pulsão de morte.

Também se faz presente com o trauma o sentimento da vergonha. Relaciona-se com ter-se exposta a vulnerabilidade

da estrutura dividida do sujeito (BRIOLE, 1997). A pulsão se apresenta como olhar que vê, e a vergonha é de ser visto em sua divisão.⁷

A culpa e a vergonha cumprem papel inequívoco na manutenção das situações de violência, junto a outros efeitos do trauma, como especificamos a seguir.

3 A Neurose Traumática nas Situações de Violência de Gênero e suas Implicações

Na análise dos sintomas da neurose traumática, situamos as características da neurose junto a suas implicações na violência de gênero, focalizando o que diz respeito à manutenção e à saída da relação violenta.

3.1 A Relação de Violência Modifica a Dinâmica e Economia Psíquicas

A vivência de violência constitui um núcleo traumático que passa a ser um marco ordenador da economia e dinâmica psíquicas. Na vida da mulher que sofre violência, nos termos antes considerados, a agressão passa a ser um núcleo do funcionamento subjetivo, que termina por ordenar a vida, como o trabalho, as relações afetivas e familiares.

3.2 Tendência à Repetição da Violência

A compulsão à repetição é o retorno compulsivo da angústia vivida no trauma. Pode ocorrer nos sonhos de angústia, de modo

7 A pulsão, segundo Jacques Lacan, tem uma dimensão escópica, no objeto olhar: o “ver ser visto” da constituição do sujeito.

alucinatório, como invasão da consciência pela lembrança do evento traumático e também como busca inconsciente da repetição da vivência na realidade factual. Neste último caso, impele o sujeito que sofreu o trauma à busca inconsciente de repetição da vivência traumática.

Assim, a consciência é invadida pela angústia: no despertar dos pesadelos, pelas lembranças e percepções de agressões que sobrevêm automaticamente, impossíveis de evitar, em novas vivências de agressão para as quais a pessoa pode ter o impulso de se envolver, como, por exemplo, colocando-se em situações de risco ou, simplesmente, não podendo evitar se envolver nas situações em que vão ocorrer as agressões.

3.3 Resistência à Mudança Subjetiva

Há uma estabilização da economia psíquica com o modo de satisfação pulsional da nova neurose. As situações de violência são inconscientemente esperadas e supostas na realização da repetição compulsiva decorrente do trauma. A situação de violência passa a ser vivida como normal, pois se concilia com a nova neurose.

O abandono de qualquer modo de satisfação pulsional – ainda que seja acompanhado de desprazer para o *eu* – enfrenta resistência inconsciente. Intenso esforço e certo tipo de sofrimento são necessários para que se abandone um modo de satisfação pulsional. Assim, a mulher que sofreu violência sistematicamente – física e psicológica – tem muita dificuldade de sair daquela

situação, na qual está subjetivamente instalada, e pela qual se constituiu a organização da dinâmica e da economia psíquicas.

3.4 A Culpa é Sinal de Violência

O sentimento de culpa exacerbado pelo novo trauma traz consigo a necessidade de castigo que leva ao submetimento sacrificial e, com isto, à manutenção da situação de sofrimento.

Por isso, a mulher, após o trauma, aceita a violência que aplacará, temporariamente, seu sentimento de culpa. O novo padecimento, como um castigo, alivia a culpa sentida. Pelo mesmo motivo, a mulher encontra justificativas para a agressão. Evidencia-se, assim, o ciclo vicioso da violência.

Pelas consequências que tem sobre a psiquê, a neurose traumática estabelecida implica a dificuldade do agredido em reconhecer, como tal, a situação de violência que vive. As mulheres podem tornar-se incapazes de criticar os atos do parceiro, ao mesmo tempo que negam a existência de violência.

O sentimento de culpa deve ser entendido como sinal do sofrimento causado pela violência, do desvalimento do *eu*, e como indicador de limitação da capacidade de reconhecimento consciente da violência. Deve-se identificar, nos sentimentos de culpa e de vergonha da mulher agredida, sua precária autoestima e os signos de padecimento de violência.

3.5 Posição Subjetiva

A vivência de um trauma pode levar à destituição do lugar de sujeito do desejo e ao posicionamento do *eu* no lugar do *objeto*.

O *objeto*, como parte da estrutura psíquica, na constituição do sujeito é o que sobra como não simbolizável. É o que, para o sujeito constituído como desejante, estará sempre alhures. O *objeto*, como o resto da simbolização na estruturação psíquica, pode ser, porém, lugar de identificação do eu (imaginário). Quando adquire seu valor de resto ou de dejetos.

Explicemos:

O trauma é o encontro com o não simbolizável, momento de desvalimento do eu pela ameaça de destruição. Há o encontro com a posição subjetiva anterior, na organização psíquica, à divisão que constitui o sujeito do desejo, qual seja, a de ser objeto de gozo do Outro. A vivência do trauma leva à identificação com o lugar do *objeto*. A permanência dessa identificação dependerá das condições e possibilidades de cada um para superá-la.

Corresponde a essa posição subjetiva o lugar de vítima. É muito comum a fixação nessa posição passiva frente à realidade. Como tratado anteriormente, todo modo de funcionamento psíquico traz consigo um modo de satisfação pulsional difícil de abandonar.

Assim como o próprio trauma, esta posição subjetiva pode se estabelecer sem ser à causa de violência física. A violência psicológica também pode causar o trauma psíquico. Esta é estabelecida na relação de domínio, que situa o agredido como não-sujeito, a qual, pela constância, acaba por alcançar a intensidade do trauma.

A força impressionante dessa dinâmica psicológica pode estar na luta pela sobrevivência psíquica daquele que agride, quando este depende do poder e do domínio para não cair ele mesmo no lugar de objeto. O agredido fixa-se, então, na posição subjetiva que lhe coube ocupar na relação.

A condição subjetiva encontrada nessa relação de agressão tenderá a manter-se ainda em outros relacionamentos. Pela compulsão à repetição, inconscientemente, determinará a escolha do novo parceiro.

3.6 A Saída do Trauma Não é o Retorno à Condição Anterior

Se o trauma cria uma nova marca no psiquismo e correspondente mudança subjetiva, a ultrapassagem da situação de sofrimento não é um retorno à condição anterior ao trauma. A saída do estado psíquico instalado pelo trauma exige mudança subjetiva (ALLOUCH, 2004).

A saída da situação de violência, quando corresponde a uma mudança subjetiva, que inclui deixar a posição de vítima, implica esforço psíquico e certo tipo de sofrimento. O esforço para a saída da neurose traumática inclui aceitar e suportar perdas, pois é o abandono de objetos de identificação e de modos de satisfação pulsional.

Quando é possível à mulher reconhecer as agressões físicas e psicológicas, o enredamento e a dependência emocional, ela estará no caminho do luto necessário à saída da sua condição. A partir desse luto, pode construir nova identidade e novo lugar na vida familiar e comunitária.

Normalmente, é imprescindível a participação de um outro neste processo. É necessário um terceiro que crie as condições para tal: apoio emocional, social e segurança. Considerada a fragilidade da pessoa que sofre violência, o suporte deve vir de um outro, para que seja posteriormente incorporado ao *eu*, assim que chegue o momento em seu processo de subjetivo.

4 Outras Considerações sobre os Aspectos Psicológicos da Relação com o Agressor e das Condições para a Solução da Situação de Violência

É importante observar que a violência psicológica, uma vez que estabelece as posições subjetivas complementares de dominador e dominado, de agressor e de agredido, cria as condições psicológicas para que a violência física seja aceita, por ambos. Nessas circunstâncias, a passagem para a violência física é um complemento à violência psicológica.

Assim, a posição subjetiva que as humilhações da violência psicológica constroem faz que a mulher já não reaja quando chega a agressão física. Esta que, por sua vez, responde à necessidade de castigo, derivada da culpa que o trauma criou.

A violência psicológica tem, portanto, enorme importância nas situações de violência de gênero, por conduzir o agredido à identificação subjetiva com o *objeto*. Pode-se, então, reconhecer claramente a importância da cultura de desigualdade de gênero como cultura de violência contra a mulher. Pois na cultura de gênero, como está posta até os dias atuais, essa identificação é o lugar destinado à mulher. Entende-se, assim, que os valores

culturais de desigualdade entre os gêneros são responsáveis pela generalidade com que encontramos a violência contra a mulher.

A distinção de gênero em nossa cultura tem o efeito de violência simbólica⁸, servindo à dominação de um gênero pelo outro. Nesse contexto, estão dadas as condições psíquicas para a violência, incluindo o modelo subjetivo suposto para a mulher.⁹ A determinação dos lugares de homem e de mulher, encarnados como são na linguagem, perpassa a realidade como um todo e pode implicar, para os homens, assim como para as mulheres, para participantes diretos ou indiretos da situação de violência, um anteparo para a percepção do fenômeno.

As políticas públicas devem estar atentas a esse ponto. Sabe-se que não bastam mudanças nas leis, embora estas sejam relevantes, mas que a questão está na mudança da cultura de gênero e da cultura da violência.

Na reflexão sobre a saída do trauma e da situação de violência, deve-se levar em conta, ainda, o problema da vitimização, muitas vezes reforçada pelos discursos sociais. A posição subjetiva de vítima, posição passiva em relação à realidade, pode ser um empecilho ao trabalho subjetivo necessário para a saída da situação de violência (BENYAKAR, 1996, p. 96). Enquanto que

8 O conceito de violência simbólica foi desenvolvido por Pierre Bourdieu. Sobre a violência simbólica referida à distinção de gênero, nos referimos ao livro *A Dominação Masculina* (BOURDIEU, 2010), publicado pela primeira vez em 1998.

9 Bourdieu (2010) considera, citando Virgínia Woolf, a “operação mística” da divisão social entre os sexos, que constitui a dimensão simbólica da dominação masculina (p. 8-9).

o reconhecimento do sofrimento vivido não implica instalar-se nesta posição defensiva.

Como tratado aqui anteriormente, a saída da neurose traumática e da posição de vítima exige que se realize uma operação psíquica de reconstituição do sujeito do desejo. Tal implica a aceitação de perdas e a realização de um processo de luto. Caso isso não ocorra, ainda que seja terminado um relacionamento violento, é provável a passagem de uma relação de violência para outra. Mostra-se muito importante, nesse sentido, o trabalho psicoterápico.

A efetivação desse esforço, porém, também depende de outras garantias, pois os diversos motivos de resistência à mudança são fortes o suficiente para inibir um posicionamento objetivo e uma tomada de decisão.

Assim, entendemos que o Estado, incluindo seu sistema jurídico, tem o papel de prover essas garantias, como a integridade física, entre outras. O reconhecimento “oficial” da situação, somado ao apoio da comunidade e dos próximos, oferecerão a possibilidade real de reorganização da vida emocional e social.

Se há um preço a pagar pela saída da situação de violência, é preciso que se tenha oferecido algo em troca no momento em que for possível ressignificar o trauma vivido. O contexto social deve permitir, reconhecer e dar sentido ao processo subjetivo inerente à saída da situação de violência.

Finalmente, consideradas todas as características expostas da neurose traumática, que prendem quem sofreu um trauma à

situação de violência, é preciso questionar qual é a liberdade dada à mulher, e quanto de liberdade lhe é possível exercer, quando lhe é oferecida a opção de denunciar ou não a violência vivida.

5 Conclusão

A perspectiva da neurose traumática nas situações de violência de gênero traz esclarecimentos sobre a configuração psicológica subjetiva do agredido e de seu vínculo com o agressor, mostrando os mecanismos psíquicos por quais apresentam-se os sintomas.

As relações com o agressor, assim como com a própria violência, devem ser compreendidas à luz da compulsão à repetição e da culpa (consciente e inconsciente), especialmente. Os mecanismos psíquicos envolvidos na neurose traumática são cruciais na manutenção das relações violentas.

Essa perspectiva pode permitir aos que lidam com a violência de gênero, incluídas as instituições jurídicas, criar ações mais eficazes para lidar com a situação de violência e com a dificuldade de seu abandono.

A identificação da neurose traumática e de seus sintomas na situação de violência de gênero evidencia a necessidade da intervenção de um terceiro, que, entre outras funções, tem a de fazer ser reconhecida a situação existente, pelos que a protagonizam.

É clara a importância de trabalho psicoterapêutico para a condução da operação subjetiva necessária à saída da situação de violência. Igualmente são imprescindíveis o apoio comunitário, a segurança, condições socioeconômicas e a presença de

representantes institucionais que indiquem, em suas tomadas de posição, o mesmo caminho.

Title: Who Likes Being Spanking? A Psychoanalytical Outlook on Gender Violence

Abstract: From the perspective of Freud's theory of trauma, a number of people who are subject to violence stemming from gender differences may be considered to have undergone a psychic trauma. Gender violence situations can be viewed as triggering a traumatic neurosis, provided that a distinction is made between psychic trauma and traumatic experience. By identifying the typical features of a traumatic neurosis in such situations, the continuation of the relationship with the aggressor and the so-called "violence cycle" can be understood. Thus, psychic mechanisms and subjective positions that are created by or predispose to violence in gender relations can be highlighted. Without ignoring the complexities of the violence situation or bracketing cultural and socio-economic issues, subjective determinations of the continuation of the violence situation are brought to light. Thereby a larger understanding obtains of the factors that make the abandonment of a distracting situation exceedingly difficult. Conversely, we can hope for a larger understanding of the conditions that make the abandonment of such situations more likely to happen. Finally, identifying the occurrence of a trauma in the violence situation reasserts that violence against women supposes a specific gender culture and a logic of domination which is frequently muted and is as present in the intimacy of violent relationships as in everyday language and social spaces.

Keywords: Gender violence. New trauma. Traumatic neurosis. Repetition compulsion. Psychic violence. Victim.

Referências

ALLOUCH, Jean. *Erótica do luto no tempo da morte seca*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

ASSOUN, Paul-Laurent; ZAFIROPOULOS, Marcos (Dir.). *Lógicas del síntoma: lógica pluridisciplinária*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

BENYAKAR, Mordechai. *Lo disruptivo: amenazas individuales y colectivas: el psiquismo ante guerras, terrorismos y catástrofes sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

BENYAKAR, Mordechai. Trauma: la construcción mítica en el campo psicoanalítico. In: _____. *Mitos y sus ámbitos de expresión e interpretación psicoanalítica e interdisciplinária*. Buenos Aires: Asociación Psicoanalítica Argentina, 1996. p. 66-77.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRIOLE, Guy. Honte et traumatisme. *Quarto*, Bruxelas, n. 63, p. 19-22, 1997.

CHIES, Adriana. *El nuevo trauma como causa*. 2009. 177 f. Tesis (Maestría en Psicoanálisis) - Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.

COSENTINO, Juan Carlos. *El giro de 1920*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2003.

_____. El inconsciente: la temporalidad del trauma. In: _____ . *El problema económico: y-ello-súper-yo-síntoma*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2005.

DINIZ, Gláucia R. S., ANGELIM, Fábio Pereira. Violência doméstica: por que é tão difícil lidar com ela? *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, v. 2, n. 1, 2003.

FREUD, Sigmund. Análisis terminable e interminable. In: _____ . *Obras completas*. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001. v. 23.

_____. El problema económico del masoquismo. In: _____ . *Obras completas*. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001. v. 19.

_____. Esquema del psicoanálisis. In: _____ . *Obras completas*. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001. v. 23.

_____. Inhibición, síntoma y angustia. In: _____ . *Obras completas*. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001. v. 20.

_____. Más allá del principio del placer. In: COSENTINO, J. C. et al. *El giro de 1920*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2003.

_____. Moisés y la religión monoteísta. In: _____ . *Obras completas*. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001. v. 23.

_____. Una dificultad del psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001. v. 17. Edição brasileira: Uma dificuldade no caminho da psicanálise, em *Obras psicológicas Completas*, Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 17.

GEREZ-AMBERTÍN, Marta. *Entre dívidas e culpas*: sacrificios: crítica da razão sacrificial. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009.

GUIMARÃES, Fabrício et al. Resenha: “mas ele diz que me ama...”: cegueira relacional e violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23 n. 4, p. 481-482, out/dez. 2007.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro II*: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. *Intervención luego de la ponencia de André Albert acerca del placer y de la regla fundamental*, Junho de 1975. Não publicado.

REIS, Izis Morais L. *Entre a universalidade e a particularidade*: desafios para a consolidação do direito à saúde de transexuais. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2008.

Referência bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CHIES, Adriana. Quem gosta de apanhar? Uma perspectiva psicanalítica da violência de gênero. *Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, Brasília, v. 1, n. 6, p. 359-384, 2012. Anual.

Submissão: 30/03/2012

Aceite: 22/06/2012